

## O funcionamento do vocativo: uma abordagem da enunciação

### The linguistics functioning of vocative: an enunciative approach

Luiz Francisco Dias\*

Neuza Zattar\*\*

---

**RESUMO:** O texto estuda o vocativo do ponto de vista da teoria da enunciação. Nessa linha teórica, abordam-se os conceitos de sujeito e interlocução na perspectiva social e histórica. Com base nesses conceitos, analisamos os usos de vocativos em discursos proferidos pela ex-presidente Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016.

**ABSTRACT:** The text analyzes the linguistics functioning of vocative from the point of view of the Theory of Enunciation. From this theoretical perspective, with regard to the concepts of *subject* and *conversation*, we analyze such notions through a historical and social perspective in order to show the uses of the vocative in speeches pronounced by the former president of Brazil, Dilma Rousseff, in the years of 2011 and 2016.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vocativo.  
Semântica. Enunciação.

**KEYWORDS:** Vocative. Semantics.  
Enunciation.

---

### 1. Introdução

Neste estudo, vamos refletir sobre o vocativo fora dos parâmetros tradicionais. Nessa direção, desenvolveremos uma abordagem dessa categoria gramatical observando a relação do sujeito com a língua de forma constitutiva, pela enunciação, e não meramente como uma ferramenta de comunicação. Após uma revisão crítica do conceito tradicional de vocativo, vamos centrar nossa atenção em conceitos de uma abordagem enunciativa desenvolvida por Guimarães (2002), no intuito de explicar como se dá o funcionamento do vocativo nas cenas enunciativas, uma vez que “qualquer expressão linguística funciona, de um lado, por uma relação do locutor com aquilo que ele fala, do locutor com o acontecimento no qual ele fala aquilo que fala; e, de outro, por uma relação entre os elementos linguísticos” (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

A seguir, vamos apresentar dois conceitos que acreditamos sejam fundamentais na especificação do papel do vocativo em termos enunciativos: referencial histórico e pertinência enunciativa. Com base nesses dois conceitos, analisaremos algumas ocorrências de vocativo

---

\* Doutor em Linguística. Pesquisador do CNPQ. Professor Titular da Faculdade de Letras da UFMG.

\*\* Doutora em Linguística. Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

formuladas em pronunciamentos da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que governou entre 1/1/2011 a 31/8/2016. Esperamos, dessa maneira, traçar um viés próprio de abordagem do vocativo, mas em conformidade com o conceito de enunciação desenvolvido por Guimarães.

## 2. Vocativo: estrutura, mensagem e comunicação

O vocativo é uma categoria mal definida pelas gramáticas. Para uma compreensão mais efetiva dessa afirmação, vamos fazer uma breve reflexão sobre o nascimento do conceito de “oração” que está presente nas gramáticas que denominamos tradicionais.

A categorização sintática tradicional atingiu a sua estabilidade no final do século XIX, no âmbito do que foi denominado período científico da gramática (DIAS, 2015). Naquela época, a oração sintática era abordada não mais como representação do pensamento, na gramática filosófica, mas a expressão verbal daquilo que concebemos da realidade. Nesse sentido, a sentença era concebida como uma *peça de comunicação*. A constituição da unidade oracional estava centrada na relação entre duas expressões, sendo uma incidindo sobre a outra. A primeira delas é o “sujeito”, considerado o assunto, aquilo sobre o qual se assevera algo. Tendo exposto o sujeito, é estabelecida a base para a outra expressão, qual seja, o “predicado”, que incide sobre o sujeito, na forma de uma afirmação, negação, dúvida. Na visão dos gramáticos daquele período, a união entre as duas expressões configuraria uma completude de dizer, uma comunicação “acabada”.

No Brasil, Júlio Ribeiro desenvolveu essa noção de completude nestes termos:

*Sentença* é uma coordenação de palavras ou mesmo uma só palavra formando sentido perfeito, ex.: *As abelhas fazem mel—Os cães ladram—Morro.*

(...)

Por “formar sentido perfeito” entende-se – dizer alguma coisa a respeito de outra de modo completo. (RIBEIRO, 1881, p. 221)

Observemos que o conceito de comunicação que era praticado naquele período ainda não apresentava todos os aspectos do conceito de comunicação desenvolvido em meados do século XX, no qual constam “emissor”, “receptor”, “canal”, “código” “contexto” e “mensagem”. Como podemos perceber, no conceito de sentença (oração) apresentado acima, a ideia de comunicação estava centrada na “mensagem”. Em suma, uma oração se forma quando se formula algo (sujeito) sobre o qual se aplica outra formulação (predicado). Os traços relativos a quem e para quem se formulou a oração só eram captados através de pronomes, quando

presentes na oração como sujeito, quando a oração era constituída em primeira pessoa e dirigida a um interlocutor. Dessa maneira, os pronomes eram parte da constituição da mensagem, portanto categorizados como “sujeito”, isto é, como assunto a partir do qual se formula um “predicado”, como em (1).

(1) Eu tenho cães

Nesse caso, considera-se “eu” como sujeito, na medida em que se supõe que o predicado “tenho cães” foi formulado para se informar algo a respeito desse sujeito, que é aquele que emite a oração, considerado o falante e o assunto ao mesmo tempo.

No entanto, há uma grande inconsistência em se considerar “eu” como assunto em

(2) Eu vos declaro marido e mulher.

Essa inconsistência advém da falta de um olhar sobre a enunciação dessa sentença, que evidentemente não é “apenas” uma peça de comunicação, mas um ato performativo (AUSTIN, 1962), em que o dizer de determinado locutor (juiz, padre, pastor), socialmente abalizado, constitui-se numa ação de casar. Nesse caso, a oração (1) não é uma *peça de comunicação*, mas um *ato de linguagem* que transforma pessoas solteiras em casadas perante as leis ou à Igreja. O sujeito “eu”, definitivamente, não é um assunto.

Tendo em vista aquela perspectiva tradicional de concepção da sentença, o vocativo é uma categoria da oração que se situa “fora” da mensagem, isto é, fora da peça de comunicação. Vejamos (3):

(3) Brasileiros, o governo trabalha para o bem-estar dos cidadãos.

O modo completo do dizer, a que se refere Ribeiro (1881), seria atingido na relação entre “o governo” (sujeito) e “trabalha para o bem-estar dos cidadãos” (predicado). Ora, em “Brasileiros”, temos a identificação do interlocutor, e ela não faz parte daquilo *que* se comunicou, mas *para quem* se comunicou o trabalho do governo. Dessa maneira, o gramático do século XIX não poderia “enxergar” o vocativo.

Um das implicações disso se situa no estatuto integrativo da categoria. Tendo em vista que a oração é concebida como a relação entre um sujeito e um predicado, os termos mais

amplos de integração na completude oracional, como o vocativo, estariam na órbita do sujeito ou do predicado? Em nenhum deles. No entanto, ele é parte da oração. Essa inconsistência perpassa a gramática, na sua versão tradicional, desde o final do século XIX até hoje. Em Cunha, numa gramática produzida já nos tempos modernos, o conceito de vocativo apresenta a seguinte formulação: “um termo não subordinado a nenhum outro termo da frase. Serve apenas para invocar, chamar ou nomear, com ênfase maior ou menor, uma pessoa ou coisa personificada” (CUNHA, 1979, p. 167). Como podemos observar, ele é considerado um termo da frase, isto é, ele é parte da frase, mas não mantém relação subordinativa com os outros termos. Ora, isso deixa em aberto a natureza integrativa da categoria *vocativo*.

Diferentemente dessa perspectiva tradicional, vamos considerar que uma oração é dirigida para alguém, e as marcas desse direcionamento não são questões de “ênfase”, como apontado por Cunha. Portanto, não consideramos a sentença “apenas” uma peça de comunicação, no sentido básico do século XIX, isto é, uma mensagem sobre algo, mas uma peça de diálogo, um dizer para outro, mais precisamente, um objeto de enunciação. O vocativo é um traço desse caráter dialógico que é constitutivo do dizer.

Sendo assim, como conceber a sua integração na oração, afastando-se da inconsistência gerada pela concepção de sentença como simples veiculadora de mensagem?

Alguns estudos contemporâneos sobre o aposto exploram aspectos de modelos de comunicação desenvolvidos no pós-guerra, em meados do século XX (WOLF, 2005). De acordo com esse modelo, no processo básico de comunicação, dentre outros elementos, o canal de interação entre emissor e receptor deve ser integrado ao processo comunicacional. A pertinência do vocativo estaria, pois, na averiguação do canal, conforme os termos de Koza (2013, p. 178, tradução nossa) "O vocativo, por um lado, é utilizado para identificar a quem o falante se dirige. Desempenha uma função fática, na qual se toma ciência de que existe um canal aberto de comunicação"<sup>1</sup>.

Nessa direção, Bechara (2001) apresenta o seguinte conceito de vocativo:

Desligado da estrutura argumental da oração e desta separada por curva de entoação exclamativa, o vocativo cumpre uma função apelativa de 2º pessoa, pois, por seu intermédio, chamamos ou pomos em evidência a pessoa ou coisa a que nos dirigimos:

José, vem cá!

Felicidade, onde te escondes? (idem, p. 460)

---

<sup>1</sup> No original: “El vocativo, por un lado, se utiliza para identificar a quién se dirige el hablante. Cumple una función fática en la que se da cuenta de que existe un canal abierto de comunicación”.

Observamos nesse conceito que o vocativo aparece correlacionado a sujeitos elípticos (“você” ou “tu”), cumprindo uma função apelativa de 2ª pessoa. A perspectiva segundo a qual o vocativo põe “em evidência” a pessoa a quem se dirige o enunciado realça o caráter comunicativo do conceito de Bechara. Nesse aspecto, ele explicita o papel de uma forma linguística em função enunciativa. No entanto, a abordagem se restringe ao caráter empírico da enunciação. Ou seja, ele aborda tão somente o participante do ato comunicativo que “recebe” o enunciado. Observemos que essa “recepção” pode ocorrer através do aparelho de audição propriamente dito (“José, vem cá!”) ou de maneira simbólica (“Felicidade, onde te escondes?”).

Além do foco no aspecto empírico da enunciação, destaca-se também, ainda no conceito de Bechara, a relação entre estrutura argumental e vocativo. Observemos que ele não situa o vocativo fora da estrutura sintática, como o faz Cunha, na citação analisada acima, quando afirma que o vocativo não é subordinado “a nenhum outro termo da frase”. Na visão de Bechara, o vocativo não é argumento do verbo, como também não são os termos adjuntos (nominal e verbal). Como sabemos, são argumentos do verbo apenas o sujeito gramatical e os complementos verbais. Dessa maneira, tanto adjuntos quanto o vocativo estão fora da estrutura argumental, mas não estão fora da estrutura orgânica da sentença.

Em suma, apesar do avanço na concepção da categoria gramatical do vocativo, a abordagem ainda é sustentada pela perspectiva da comunicação.

### **3. O vocativo pela Semântica da Enunciação**

A Semântica da Enunciação (ou Semântica do Acontecimento), desenvolvida no Brasil por Guimarães (2002), se caracteriza por considerar que a análise do sentido da linguagem deve se dar pela compreensão da enunciação, do acontecimento do dizer.

Para o autor (2011, p. 86), “o acontecimento se caracteriza pela constituição de uma temporalidade particular. O acontecimento não é o que ocorre no tempo, numa cronologia, ele se caracteriza por constituir um passado, um presente e um futuro de sentidos”. Por esse conceito, o acontecimento da produção do enunciado só é possível porque recorta um passado como memorável, projetando a futuridade e/ou novas possibilidades de novas enunciações. E é só desse modo que o que se diz significa e constitui uma nova temporalização.

Numa perspectiva teórica diferente da de Benveniste, Guimarães (2002), ao apresentar o Locutor como dividido no acontecimento de linguagem, recorre a uma abordagem discursiva, para a qual:

o sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso, enquanto memória de sentido. Memória que se estrutura pelo esquecimento de que já significa (conforme ORLANDI, 1999). Pois, ser sujeito de seu dizer é falar de uma posição de sujeito (GUIMARÃES, 2002, p. 14).

Para explicar que a relação entre língua e falante se dá em espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, por considerar que a língua é dividida no sentido de ser atravessada politicamente, Guimarães (2002, p. 18) define espaços de enunciação “como espaços de funcionamento de línguas, nos quais os sujeitos se dividem por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”, ou seja, são espaços políticos em que os sujeitos disputam incessantemente o direito ao dizer. Observa-se que o falante, para o autor, não se dá como uma figura empírica, como em Ducrot, mas como uma figura política constituída pelos espaços de enunciação.

No âmbito desse quadro teórico, Guimarães (2011, p. 51-52) empreende uma abordagem do vocativo sustentada na enunciação, e não na comunicação. Especificamente, ele analisa a ocorrência do vocativo “concidadãos” no texto da Proclamação da República. Trata-se do texto datado de 15 de novembro de 1889, assinado pelos membros do Governo Provisório que assumiram naquela data o compromisso de governar o Brasil. Na abordagem, Guimarães afirma que o enunciado vocativo “se mostra como apresentando a relação de enunciação” ao instalar/introduzir a cena enunciativa, que institui lugares sociais de sujeitos muito diversos.

Uma abordagem inicial indicaria que o Locutor, na medida em que invoca os interlocutores como concidadãos, situa-se como um igual. Ele toma o lugar social de cidadão para falar com os cidadãos. Dessa maneira, ele se significa como igual aos brasileiros a quem é dirigida a carta aberta ao povo, após a deposição do Imperador. O fato de o texto anunciar, logo no início, a queda da Monarquia, é significativo em relação ao fato de que se produz um efeito de contraste entre o sistema monárquico deposto, marcado pela hierarquia, e o novo regime, que se pretende liberado das amarras do imperialismo. Na medida em que se anuncia a República, um membro dela se dirige o outro, não à maneira de soberano se dirigindo a súdito, mas como cidadão se dirigindo a cidadão.

No entanto, Guimarães observa que a performatividade capaz de sustentar o lugar de criação da República não se esgota no âmbito da relação de cidadania, ou seja, do lugar do cidadão para o cidadão. No lugar da cidadania, essa performatividade é tão somente argumento político da Proclamação (GUIMARÃES, 2011, p. 54). Na verdade, ela passa pela divisão que o texto apresenta: “O povo, o exército e a armada nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a

deposição da dinastia imperial (...)” (in: GUIMARÃES, 2011, p. 54). Nessa direção, argumenta Guimarães (2011, p. 55), o lugar social do dizer, no qual se instala a performatividade do ponto de vista da legalidade, é o das forças armadas, sendo o povo os alocutários.

Essa análise apresenta o vocativo como uma categoria linguística que apresenta um papel enunciativo identificador do lugar de locução. Ele proporciona uma perspectiva de relação que o Locutor pode manter com o(s) alocutários(s) nas cenas enunciativas. No exemplo apresentado por Guimarães, o Locutor fala da perspectiva política, ao se situar no mesmo nível dos alocutários (povo), no vocativo “concidadãos”.

Guimarães, ao desenvolver uma Semântica do Acontecimento, se propõe a fazer uma leitura específica da tese de Benveniste, segundo a qual a linguagem é o lugar da constituição da subjetividade, como apresentamos acima. No âmbito dessa abordagem, Guimarães trata o subjetivo como lugar social. Sendo assim, o vocativo é concebido como um dispositivo de identificação desse lugar social na relação com o(s) alocutários(s).

Nessa direção, Guimarães (2011, p. 52) afirma que o vocativo “não é simplesmente um modo de estabelecer uma relação com o interlocutor, é bem mais que isso, é a própria constituição desta relação, na medida em que significa as divisões do falante na cena enunciativa”.

Ao instalar a cena enunciativa, o vocativo constitui “quem ele toma como seu alocutário e estabelece também elementos da configuração da cena enunciativa. E ao fazer isso, o enunciado vocativo está de modo bastante decisivo estabelecendo politicamente os sentidos” (GUIMARÃES, 2011, p. 52). Ou seja, o vocativo constitui o seu alocutário de acordo com o seu modo de concebê-lo. Esse modo de concepção do alocutário determina a entrada do sujeito na cena enunciativa, pela via do vocativo.

Também no âmbito de uma semântica da enunciação, Agustini (2005) aborda o vocativo. Na sua perspectiva, o vocativo apresenta “vestígios pertinentes da diretividade do dizer” (p. 75). Ele proporciona a identificação do referente na relação com a enunciação. Sendo o referente constituído discursivamente, o vocativo situa “os (inter)locutores em lugares de enunciação específicos” (AGUSTINI; BORGES, 2006, p. 8). Tendo em vista esses lugares de enunciação, dá-se a constituição da subjetividade na relação entre o vocativo e o ordenamento textual. Dessa forma, nos termos de Agustini e Borges (2006, p. 8):

o vocativo participa da construção do modo como o sujeito se apresenta. O locutor tem, por meio do vocativo, o poder de apontar o lugar de que o(s)

interlocutor(es) deve(rão) enunciar, participando da composição da figura do interlocutor e do lugar social que este ocupa a partir da visão do próprio locutor.

O fundamento da perspectiva enunciativa do vocativo, como acabamos de apontar, está na abordagem da interlocução do ponto de vista do lugar social do sujeito. Sendo assim, produz-se um deslocamento essencial nas abordagens comunicativas, que tratam o sujeito do ponto de vista empírico, unicamente como emissor ou receptor de mensagens.

Veremos agora uma abordagem mais específica do vocativo, ainda no âmbito de uma semântica da enunciação. Para isso, vamos trabalhar com dois conceitos básicos: referencial histórico e pertinência enunciativa. Veremos que o vocativo participa da relação entre os referenciais históricos da constituição do sentido na interlocução e os modos de adesão (pertinência) desses referenciais nos enunciados. Trata-se da atualização da memória de constituição do outro no enunciado.

#### **4. O vocativo: referencial histórico e pertinência enunciativa**

##### **4.1. O conceito de referencial histórico e de pertinência enunciativa**

Na perspectiva de Foucault (1969), os enunciados se constituem segundo uma “identidade de filiação”. Na sua visão, palavras ou sintagmas significam não exatamente pelas singularidades do que dizem, mas por relações estabelecidas antes mesmo do dizer. Essas relações formariam um domínio de referências, ou simplesmente *referencial*. O principal sustentáculo desse conceito é o de que indivíduos, objetos, estados de coisas e relações não são individuais absolutos, isto é, não são “dados” da natureza, mas entes, estados e relações que adquirem identidade a partir dos lugares de enunciador e das perspectivas de enunciação. Sendo assim, seria o próprio enunciar, e não as propriedades inerentes aos seres, estados e relações, que revelaria o referencial a partir do qual esses seres, estados e relações podem ser referenciados individualmente no nosso cotidiano.

No nosso entendimento, o dizer se faz pertinente nas práticas de linguagem cotidianas quando uma demanda do presente produz relação com memoráveis de outros dizeres (GUIMARÃES, 2002). Essa relação é responsável por imprimir sentido ao que enunciamos. Na nossa perspectiva, esse memorável de outros dizeres, constituídos na instância do “já enunciado”, são parte desse referencial histórico, isto é, desses domínios de ancoragem do enunciado, tendo em vista o funcionamento histórico-social. Afinal, faz parte do sentido não

somente aquilo a que o enunciado remete, mas também aquilo que já se falou, e que o enunciado se filia, e aquilo de que fala o enunciado.

O conceito de referencial tem raiz nesse suporte institucional dos nossos dizeres, isto é, na filiação que eles adquirem tendo em vista o funcionamento histórico da sociedade, especificamente o complexo de regulações, admissões, proibições, incentivos. O referencial constitui-se, portanto, em um dos dois fundamentos daquilo que designamos “razão enunciativa das relações linguísticas”. Trata-se dos domínios em que os enunciados se ancoram para se situarem segundo o funcionamento histórico-social.

Por sua vez, o conceito de pertinência enunciativa se fundamenta na ideia de adesão. Enquanto seres de linguagem, vale dizer, enquanto seres constitutivamente históricos, nós somos instados a responder, a interpretar, a interferir enunciativamente nas situações que se nos apresentam. É a “demanda do presente” que estamos denominando pertinência enunciativa. As respostas, as interpretações, as interferências que se efetivam na enunciação, isto é, as respostas às demandas do presente são constitutivas do acontecimento enunciativo.

O que dizemos mantém relação com um conjunto de outros dizeres com os quais estamos em contato. Nós somos afetados por tudo aquilo que nos rodeia, seja pelo que os outros estão nos dizendo, seja pelo que estamos presenciando, seja pelo que produz alcance nos nossos sentidos, seja pelo que movimenta os nossos desejos, os nossos afetos, seja pelo que achamos que não está certo, pelo que consideramos que seja merecedor de nossa intervenção, seja pelo que achamos que devemos reforçar, elogiar, encorajar, intervir, reprimir, incentivar. E tudo isso é regulado por formas específicas de dizer, modos de se fazer reconhecer pela linguagem.

Pertinência enunciativa se constitui a partir do conceito de pertencimento, ou pertença, adesão. Esse conceito não tem relação com a qualidade do que se enuncia. Os dicionários registram um dos significados de pertinência como relevância ou adequação a uma finalidade. Efetivamente, não é esse o significado que estamos desenvolvendo.

A pertinência do enunciado em um espaço de enunciação - pertinência concebida na relação entre recortes de memória de significação e a demanda de um presente - movimenta as formações articulatórias que constituem a unidade do enunciado, a sua constituição formal. Veremos esse aspecto nas análises a seguir.

#### 4.2. Referencial histórico e pertinência enunciativa nos vocativos de Dilma Rousseff

Vejam algumas ocorrências de vocativo em pronunciamentos oficiais da ex-presidente Dilma Rousseff, no sentido de buscar a compreensão do sentido dessa categoria, tendo em vista os conceitos de referencial histórico e pertinência enunciativa.

A primeira análise recai sobre um pronunciamento que se deu na recepção ao presidente da Rússia, V. Putin, em 14/07/2014, no Palácio Itamaraty. Vejam os extratos desse discurso no que se refere ao vocativo e às referências dessa interpelação ao longo do texto.

**Senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.  
Presidente Putin,**

Seja muito bem-vindo ao Brasil. Agradeço essa retribuição da visita que fiz a Moscou em dezembro de 2012, agradeço a forma calorosa com que fui recebida. É um imenso prazer recebê-lo em momento tão especial. Passados os dez anos da sua primeira visita, observamos com muita satisfação que nós, de fato, aprofundamos a nossa parceria estratégica em todas as áreas

(...)

Tenho certeza que nós podemos fazer ainda muito mais,

(...)

Essa aproximação não é um fato circunstancial, mas é um imperativo no mundo multipolar. Nós somos países de extensos territórios e grandes populações

(...)

Desde 2004, nosso comércio mais que dobrou

(...)

Nos próximos dias teremos uma reunião importante, a reunião dos Brics, e a Rússia, assim como no caso dos Jogos Olímpicos, nos sucederá na realização desses eventos.

(...)

Eu aproveito essa ocasião para felicitar a Rússia pela exitosa organização dos Jogos Olímpicos de inverno, em Sóchi, (...). (grifo nosso)<sup>2</sup>

A locutora invoca quatro categorias de prováveis interlocutores a acompanhar o seu discurso: jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas e o Presidente Putin. A categoria dos jornalistas é abordada no feminino, conforme apresentado no início do vocativo: “senhoras jornalistas”. Já as duas outras categorias, a saber, “fotógrafos” e “cinegrafistas”, não apresentam a especificidade de gênero. No entanto, isso não implica que a locutora se referiu apenas aos

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-almoco-em-homenagem-ao-presidente-da-russia-vladimir-putin>. Acesso em abr. 2017.

fotógrafos e aos cinegrafistas homens, uma vez que o traço morfológico masculino funciona como suporte gramatical à referência tanto a homens quanto a mulheres.

Logo a seguir, o vocativo recai sobre o presidente russo. A partir daí todo o desenvolvimento do texto se assenta na constituição de uma relação de pertinência com esse último vocativo. A começar com a primeira frase do texto: “Seja muito bem-vindo ao Brasil”. Seguem-se construções delineadoras da relação entre Brasil e Rússia, como a “nossa parceria”, “nós (podemos fazer)”, “nós (somos países)”, “nosso comércio”. Constitui-se assim a pertinência do vocativo ao espaço de enunciação. O presidente russo efetivamente se configura como *tu* na constituição das formações nominais “nossa parceria”, “nosso comércio” e “nós”.

Dessa maneira, “Presidente Putin” configura-se como vocativo na medida em que participa de uma personalidade constitutiva do texto (segunda pessoa) como integrante da relação de alteridade que impulsiona as formações nominais destacadas. A demanda de um presente do enunciar, constituída pela formulação das relações entre os dois países, faz a pertinência do vocativo na constituição da unidade textual.

Por outro lado, o vocativo que apresenta como foco “jornalistas”, “fotógrafos” e “cinegrafistas” adquire sentido de cumprimento, na medida em que não são evocados no corpo dos enunciados do texto. Essa evocação é na verdade um meio de exposição e divulgação do texto na sociedade. Dessa maneira, a locutora evoca jornalistas, usando o instrumento do vocativo, não para integrá-los ao texto como interlocutor, mas para que ouçam, registrem e divulguem. A pertinência enunciativa do vocativo ao texto não é integrativa, como na evocação do presidente russo, mas propagativa.

Vejamos mais um pronunciamento da presidente Dilma Rousseff, no sentido de analisar o uso de vocativo.

### **Trabalhadores e trabalhadoras,**

Neste 1º de Maio, quero reafirmar, antes de tudo, que é com vocês e para vocês que estamos mudando o Brasil. Vocês que estão nas fábricas, nos campos, nas lojas e nos escritórios sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta do emprego e do salário. [...]. (grifo nosso).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-de-radio-e-televisao-sobre-o-dia-do-trabalho>. Acesso em abr. 2017.

O vocativo “Trabalhadores e trabalhadoras” evoca um referencial já consagrado nos discursos de Getúlio Vargas, por exemplo, que incitava a sua audiência com o conhecido vocativo “Trabalhadores do Brasil!”, na primeira metade do século XX. O referencial histórico da identidade pelo trabalho adquire aqui uma especificidade em relação à sua forma “getuliana”. Em Getúlio, a identidade social dos alocutários é uma classe que se identifica pelo trabalho, de maneira generalizada. Por sua vez, no discurso da Presidente, o referencial histórico do vocativo também identifica uma classe pelo trabalho, mas uma classe afetada pela distinção de gênero. Produz-se, portanto, uma identidade de trabalho para as mulheres.

Ao mesmo tempo em que os brasileiros são identificados pela identidade do trabalho, como referencial histórico, outra relação se estabelece, desta vez entre o vocativo e os enunciados do texto. Trata-se da pertinência enunciativa dessa evocação aos alocutários. Especificamente, os trabalhadores e trabalhadoras são evocados para que saibam sobre o desenvolvimento de uma frente política, qual seja, a luta contra o desemprego e o desafio de aumentar salários em tempos de crise.

Dessa forma, as formações nominais “vocês” e “luta do emprego e do trabalho” situam a relação que faz o vocativo enunciativamente pertinente ao texto. Enuncia-se para a classe trabalhadora (o vocativo denuncia esse referencial histórico) sob a demanda de um presente do enunciar formulada no texto como luta por trabalho e emprego.

Vejamos o teor de dois trechos do discurso de agradecimento aos eleitores que elegeram a presidente para o segundo mandato.

**Meus queridos, minhas amigas e meus amigos. Meus amigos e minhas amigas,** chegamos ao final de uma disputa eleitoral que mobilizou intensamente todas as forças da nossa, do nosso país, da nação.

(...)

**Brasil,** mais uma vez, esta filha tua não fugirá da luta. Viva o Brasil! Viva o povo brasileiro!" (grifo nosso)<sup>4</sup>

Observemos que o referencial de amizade, portanto, de relações pessoais, que funda o vocativo encontra respaldo na pertinência desse vocativo na configuração da formação nominal

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-integra-do-discurso-da-vitoria-de-dilma-rousseff/>. Acesso em abr. 2017.

“forças da nossa, do nosso país, da nossa nação”. Participam das forças da nação as relações coesivas que se configuram na amizade. Dessa maneira, tem-se uma adesão entre os eleitores que se constituem como amigos e as forças que agregam eleitores à nação. No segundo trecho, é o próprio Brasil que aparece na condição de vocativo, com o referencial da maternidade. Projeta-se assim a pertinência enunciativa a partir da demanda de atualidade para “esta filha tua”, como formação nominal que, por sua vez, encontra adesão em “forças da nação”, como analisamos.

Nos dois vocativos a seguir, vemos um referencial recorrente nos pronunciamentos da ex-presidente, voltado para a identificação social, refletida na nomeação.

**Minhas queridas Margaridas, mulheres, minhas amigas e também os meus amigos aqui presentes,**

O desprezo pelas diferenças está na origem do preconceito, a gente sabe disso. O preconceito é o motivador da intolerância. A gente também sabe disso. A intolerância é o ambiente em que nascem todas as formas de violência – o insulto, a ofensa, a agressão física, o espancamento, o estupro, o assassinato (...) (grifo nosso)<sup>5</sup>

Observemos que invocar os interlocutores na condição de “Margaridas” remete desde já à memória de resistência social, simbolizado pela vida da líder sindical paraibana Margarida Maria Alves, assassinada em 1983. Dessa maneira, o vocativo evoca esse referencial histórico de defesa de direitos e repúdio à violência.

As palavras da locutora que se seguem ao vocativo apresentam os traços de pertinência enunciativa que atualizam esse referencial histórico, através das formações nominais: “O desprezo pelas diferenças”, “o preconceito”, “a intolerância” e “o insulto, a ofensa, a agressão física, o espancamento, o estupro, o assassinato”. Essas formações nominais encontram sua razão enunciativa na atualização desse referencial, que está voltado para a identificação social das mulheres como Margaridas.

Dessa maneira, a atualização do referencial pela pertinência enunciativa permite a coesão entre o vocativo e o texto.

No vocativo a seguir, encontramos algo similar:

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-mulheres-em-defesa-da-democracia-palacio-do-planalto>. Acesso em abr. 2017.

Nós temos consciência que, além disso, esta é uma luta de todas as mulheres, de todos os homens, uma luta que une gerações – crianças, jovens, adultos e idosos –, e é uma luta também da humanidade. Porque a violência contra a mulher, ela é uma das origens da violência na sociedade. Uma família constituída sob a violência contra a mãe, e que geralmente de uma forma ou de outra envolve os filhos, repassa esses valores de violência, de desrespeito, discriminação para as gerações futuras.

Por isso, **queridas e queridos companheiros e amigos presentes**, nosso programa Mulher: Viver Sem Violência, tem de ter também um forte componente cultural, ele tem de mudar valores. Por isso nós precisamos de todos nessa luta.

Nós conseguimos nesse projeto apresentado pela ministra Eleonora Menicucci, somar com a mesma força e com a mesma intensidade a proteção de um lar e a disposição de luta das mulheres, que são características muito femininas. Por isso que eu vejo assim a casa da mulher brasileira. É uma casa de abrigo e de apoio, mas ela é uma casa de luta, ela é uma casa que une esses dois aspectos. E ela é um dos eixos do programa que nós estamos hoje lançando. (grifo nosso)<sup>6</sup>

Através do vocativo “queridas e queridos companheiros e amigos presentes”, o qual destacamos no trecho do pronunciamento, evoca-se a memória da luta, do ativismo social, por meio do termo “companheiros”. Com esse termo, o vocativo retoma as formações nominais que trabalham as pertinências enunciativas especificadoras desse referencial, como “luta de todas as mulheres, de todos os homens”, “uma luta que une gerações – crianças, jovens, adultos e idosos”, e “uma luta também da humanidade”.

Ao mesmo tempo, projetam-se pertinências para o texto, pelo referencial da defesa de direitos e repúdio à violência, apontado no trecho após o vocativo, por meio das formações nominais “a proteção de um lar e a disposição de luta das mulheres”, “uma casa de luta” e “uma casa que une esses dois aspectos [proteção e disposição de lutas]”.

Tendo em vista que a enunciação é o acontecimento da produção do enunciado, em que a memória encontra relação com a atualidade do dizer, as formações nominais amparam as condições formais da enunciação, atualizando o referencial histórico que se configura no vocativo, e agregam os termos desse referencial pelas demandas atuais que motivam o pronunciamento, tendo em vista o que é pertinente dizer na atualidade do pronunciamento.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-mulher-viver-sem-violencia>. Acesso em abr. 2017.

## 5. Considerações finais

Esse estudo nos mostrou que uma abordagem semântica que toma a enunciação como fundamento pode ser profícua na compreensão do papel do vocativo na linguagem. Observando a enunciação, saímos de uma abordagem que se circunscreve aos aspectos meramente operativos da linguagem, quando tomada como meio de comunicação. Efetivamente, afirmar que o papel do vocativo é o de chamar a atenção do interlocutor para aquilo que o locutor vai dizer redundante em uma visão muito superficial do fenômeno.

A perspectiva aberta por Guimarães e Agustini no âmbito dos estudos enunciativos produz um lugar de observação do vocativo voltado para a concepção do sujeito em interlocução tendo em vista o seu lugar social, e não do indivíduo enquanto entidade empírica em relação comunicacional, interativa. Na visão enunciativa aberta pelos dois pesquisadores, o vocativo participa da constituição da subjetividade, tendo em conta a constituição da cena enunciativa em que locutor e interlocutor estão inseridos.

Por sua vez, na análise que empreendemos, buscamos uma especificação do papel do vocativo traçado por Guimarães e Agustini, a partir de dois conceitos, cujos contornos temos formulado recentemente: referencial e pertinência enunciativa. Nessa direção, o vocativo delinea um referencial de tratamento do interlocutor, isto é, um modo de concepção de sua identidade social. E dessa maneira configura-se aquilo que se apresenta pertinente para essa identidade social. A pertinência enunciativa constitui-se como ancoragem do histórico na atualidade das demandas do dizer. Nessa perspectiva, as formações nominais adquirem o papel de agregar essa demanda da atualidade na pertinência com o referencial histórico.

## Referências Bibliográficas

AGUSTINI, C. L. H. As categorias enunciativas nas gramáticas brasileiras. A relativa explicativa e o vocativo: essencial ou acessório? Nas malhas do sentido de enunciado completo. **Revista da ANPOLL**, Campinas, v. 19, jul./dez., 2005, p. 57-78.

AGUSTINI, C. L. H.; BORGES, G. F. O vocativo no gênero textual tirinhas. In: X Seminário de Iniciação Científica, 2006, Uberlândia. **Anais do X Seminário de Iniciação Científica**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

AUSTIN, J. L. (1962) **How to do things with words**. Trad. Bras. **Quando dizer é fazer**; palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CUNHA, C. F. da. **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1979.

DIAS, L. F. Acontecimento enunciativo e formação sintática. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, v.35, p. 99 - 138, 2015.

FOUCAULT, M. (1969). **L'archéologie du savoir**. Tradução brasileira: **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, n. 51, v. 1, p. 49-68, 2009.

\_\_\_\_\_. **Análise de texto: Procedimentos, análises, ensino**. Campinas, Editora RG, 2011.

KOZA, W. **El inciso delimitado por comas; análisis del fenómeno y propuesta de detección automática**. Valparaíso, Logos, v. 23, n. 2, p. 169-195, 2013.

RIBEIRO, J. (1881). **Grammatica portugueza**. 10. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Artigo recebido em: 07.05.2017

Artigo aprovado em: 28.09.2017